



Dia 27 de Setembro de 2012

ACTA N.º 25

Aos vinte sete dias do mês de Setembro do ano de 2012, pelas nove horas e trinta minutos da manhã, realizou-se na Direcção Geral de Saúde, sito Alameda D. Afonso Henriques, número quarenta e cinco, em Lisboa, a vigésima quinta reunião do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/SIDA (FNSC), com a participação das seguintes entidades:

- AJPAS, representada por Cristina Mora;
- FCCS, representada por Vanda Delgado;
- GAF, representada por Carina Parente;
- GAT, representada por Maria João Brás;
- LPCS, representada por Sílvia Rocha e Eugénia Saraiva;
- Médicos do Mundo, representada por Carla Fernandes;
- Passo a Passo, representada por Inês Santos;
- POSITIVO, representada por Ricardo Fernandes;
- SOL, representada por Amália Vaz Guedes;

Ausentes:

- APDES
- APF
- ACOMPANHA
- AIDS PORTUGAL
- Cidadãos do Mundo
- ILGA
- MAPS
- SERES



- SER+
- Cáritas Diocesanas de Coimbra
- Bué Fixe

O ponto número um da Ordem de Trabalho foi analisado em último lugar, devido ao atraso na chegada dos membros, provocado pela greve no metro.

Ponto 1 - Ponto de situação do Grupo de Trabalho: orientações para os testes nos espaços informais de saúde

A Cristina Mora informa que os membros do Grupo (LPCS, AJPAS, GAT, Bué Fixe) reuniram presencialmente num único momento, tendo daí resultado um resumo com as propostas iniciais, tendo a Eugénia encaminhado a síntese para o Luís Mendão que se comprometeu a rever o dito documento. Contudo, o documento final ainda não está terminado, pelo que ambos acordaram que seria preferível reunirem novamente e num futuro próximo.

O Ricardo Fernandes relembra que existem orientações internacionais (UNAIDS e outros) relativas aos testes e ao aconselhamento em contextos informais que poderão servir de objeto orientador e de reflexão para a proposta nacional. Além disso, sugere que sejam ponderadas as seguintes barreiras à aplicação dos testes de deteção precoce:

1. Deverá ser questionada a obrigatoriedade de ser um técnico de saúde a administrar o teste;
2. A distribuição dos testes deverá continuar ser responsabilidade do Governo, ainda que se alegue falta de verba;
3. Deve existir um “circuito nacional” funcional e eficaz para que a pessoa com um resultado positivo, depois de referenciada, seja recebida/atendida pelo serviço de saúde, independentemente da zona de referência;



4. Detecção informal deve ser considerada como essencial (Indocumentados, trabalhadores(as) sexuais, toxicodependentes, e pessoas menos preocupadas com a saúde)

Ponto 2 - Apoio insuficiente material (leite) que é disponibilizado às mulheres grávidas nos hospitais

A Inês, da Passo a Passo, alerta para o alegado incumprimento da circular que estabelece que compete às farmácias hospitalares a distribuição da quantidade mensal necessária de leite em pó para os latentes, filhos de mães seropositivas, por determinados Hospitais, dado que a quantidade de leite distribuída ser insuficiente. Ricardo sugeriu à Inês que identifique o número aproximado de situações que foram reportadas, para que o secretariado possa dar conhecimento ao Diretor Nacional, via email.

No seguimento da discussão do assunto acima referido, a M^a João Brás do GAT relembra que o mesmo está a suceder com a distribuição dos medicamentos (TAR). Clarificando, alguns doentes a nível nacional são obrigados a deslocar-se mais do que uma vez ao hospital durante um mês, quando não diariamente para obter a medicação de que necessitam, pois alegadamente, as farmácias hospitalares não conseguem prever quantos doentes irão recorrer os seus serviços em cada dia, e assim, nem sempre têm as quantidades necessárias disponíveis para fazer frente às solicitações. Ricardo afirma que, que a sociedade civil necessita de uma estratégia que lhe permita reunir dados que permitam provar que há situações danosas para os utentes cometidas pelo SNS. Neste sentido, o GAT está a preparar uma Plataforma para que todas as pessoas que se sintam lesadas possam identificar essas situações.

Ponto 3 - Feedback da reunião da comissão executiva das IPSS da Saúde com o Ministro da Saúde

A Eugénia fazendo-se acompanhar de uma notícia do Diário de Notícias (ver anexo) informa que, após a realização do primeiro e do segundo encontro das IPSS da Saúde (14/06/12), o comité de representação da Federação das IPSS da Saúde (Eugénia



Saraiva, LPCS, Duarte Vilar, APF, M^a da Luz Madruga, APDP, Carlos Noronha, IPR, Isabel Machado, INCP) foi recebido pelo Ministro da Saúde, no dia quatro de Setembro de 2012, após ter decorrido um curto espaço de tempo entre o pedido de audiência e o agendamento da mesma.

O Senhor Ministro, Dr. Paulo Macedo, louvou a criação da Federação das IPSS da Saúde e assumiu que o DL 186/2006 será reformulado, mas tal feito ainda não foi possível de realizar até ao momento presente. Acrescentou ainda que, se apostará na prevenção, mas as instituições terão de apresentar respostas. Devido à falta de liquidez não serão abertos concursos no ano 2012 e também não deu garantias de abertura em 2013. Contudo, garantiu a continuidade dos projetos contratualizados. Além disso, mencionou que está a agilizar as negociações com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social para que os projetos de continuidade possam ser financiados por este último.

O Comité da Federação das IPSS da Saúde reuniu igualmente com o Provedor da Justiça, na qual entre varias situações, se abordou a situação de vulnerabilidade dos seropositivos para o VIH/Sida, nomeadamente a violação dos direitos dos emigrantes (indocumentados), bem como, o acesso ao sistema nacional de saúde (discriminação).

Foi referido ainda que, no âmbito do Grupo de Trabalho (DV/ES) constituído anteriormente, para acompanhar o Dec. Lei 186/2006 e os processos dos acordos atípicos das instituições (LPCS, POSITIVO, SER+, PASSO A PASSO, SOL, AJPAS, ABRAÇO) com respostas sociais de continuidade (apoio domiciliário/social), contratualizadas ate 31/12/2012 com o Ministério da Saude, se aguardava para breve uma audiência, com o Ministro do MSST, Dr. Mota Soares. Foi reiterado, que aquando da audiência com o Sr. Ministro da Saude, Dr. Paulo Macedo e o Senhor Secretario de Estado, Dr Fernando Leal da Costa, no âmbito das IPSS Saude, se abordou esta questão e que se questionou os mesmos sobre esta situação das instituições que aguardam há vários anos a realização destes acordos atípicos com o ISS.IP e que apenas tinham financiamento ate ao final do ano, tendo sido dito pelos mesmos, que o Ministérios se encontravam cientes desta situação, pelo que, o GT insistiu na articulação ministerial e no envolvimento das associações.



Por último, a Eugénia informa que no próximo dia dezanove de Outubro decorrerá no Auditório da APDP, às 15 horas, a comissão instaladora da Federação das IPSS da Saúde (FIS). Neste sentido, todas as entidades com interesse em constituir-se membro da referida Federação deverão, em reunião de Assembleia-geral, elaborar um documento com manifestação de intenção e nomear a pessoa que irá exercer o direito de voto neste âmbito. A pessoa nomeada deverá estar presente na assembleia supra mencionada.

Ponto 4 - Eleições do novo secretariado do FNSC

Passados quatro anos de exercício da função de secretária do FNSC (dois mandatos sucessivos), Andreia Pinto Ferreira apresentou a intenção de se afastar. Alina Santos, no final do seu primeiro mandato, apresentou disponibilidade para manter o cargo.

No período que mediou a apresentação da intenção da Andreia e a reunião do FNSC, nenhum outro membro apresentou a sua disponibilidade para assumir a função. Foi, no decorrer da reunião, após a apresentação dos argumentos que impediam os membros presentes de assumir o cargo que, a Maria Joao Brás e a Carina Parente mostraram disponibilidade. Tendo-se utilizado como critério de seleção a rotatividade das instituições pelo exercício desta função, e tendo o GAT exercido este direito em momento anterior na pessoa do Wim Vandeveld, foi nomeada a Carina Parente.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

Lisboa, 27 de Setembro de 2012